

INTOLERÂNCIA POLÍTICA: A LUTA CATÓLICA CONTRA O COMUNISMO NA CIDADE DE SÃO PAULO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Damião Duque de Farias

Departamento de Ciências Humanas, Campus de Dourados,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
end. Eletrônico: dduque@ceud.ufms.br.

O artigo analisa o conflito entre Igreja Católica e Partido Comunista do Brasil (PCB), no período após a Segunda Guerra, mediante fragmentos de alguns documentos católicos que indicam as representações anticomunistas, construídas por setores conservadores católicos, desde a década de 20 e que, reelaboradas em uma nova conjuntura, não deixavam de expressar e agregar valores fortemente negativos aos movimentos socialistas em geral. Estas representações constituídas a partir de um fundo emocional e religioso, colaboravam para uma situação de intolerância política que resultaria, entre outras coisas, na cassação do registro do PCB, bem como, de seus representantes eleitos após 1945. Elas reforçaram um traço da cultura política nacional: o ódio e o medo da política comunista.

Palavras-chaves: Igreja Católica, Anticomunismo, Representações Sociais.

Political intolerance: The Catholic Fight against the communism in the São Paulo City after Second World War. The article analyses the conflict between Catholic Church and Brazil's Communist Party (PCB) in the years after Second World War. The sources are fragments of some catholic documents that indicate anticommunistic representations (produced by conservative catholic sectors since the '20s and then remade in a new context) which used to express very negative values concerning the socialist movements as a whole. Such representations, originated from an emotional and religious substratum, have collaborated to create a situation of political intolerance which, among other results, would lead to the cassation of PCB's legal registration and elected representatives. They have reinforced people's hate and fear of communistic politics, a trace of Brazilian's political culture.

Keywords: Catholic Church, Anticomunism, Social Representations.

No período entre os anos 20 e 40, sobretudo, na década de 30, a Igreja contribuiu e foi a principal responsável pela constituição de um traço marcante na cultura política brasileira: o anticomunismo (evidente que este traço não era exclusividade nossa). Trabalhando sobre nossa formação social-histórica autoritária que se sustenta nas relações sociais de privilégio, que submete os espaços públicos aos interesses privados, no poder do mando, domínio e exploração, a Igreja usou sua ampla inserção social, estabeleceu colaboração com o Estado e construiu, reforçou, deslocou representações do campo religioso contra o que considerava, a nível internacional, o maior perigo para a civilização cristã, o comunismo, *flagelo de Deus*.¹

Ao inimigo comunista foi *colada* uma imagem generalizadora, negativa, que comporia um sistema de preconceitos (como diz Chauí, 1978: não há precisão no termo, todos os subversivos são comunistas). A Igreja, através de seus variados recursos de propaganda e de ação, procurou transformar os setores de esquerda, democráticos e oposicionista ao regime Vargas, no próprio filho das trevas, o *anti-Cristo*. O *anjo decaído* seria o ser da diferença, do negativo e da negação. Desde sempre postulou a diferença, a não-conformidade, a oposição. Sua presença no imaginário coletivo da civilização cristã ocidental foi construída por séculos. Collingwood (s/d), ao tratar da filosofia da história no período medieval, diz o seguinte:

“O dever do indivíduo é tornar-se um instrumento voluntário da prossecução das finalidades objetivas. Se lhe faz oposição, não pode detê-lo ou alterá-lo; tudo o que pode fazer é assegurar a sua própria condenação, frustrando-se, reduzindo a sua vida à futilidade. Trata-se de uma doutrina patrística: o Diabo é definido por Hipólito – um dos primeiros escritores cristãos – como Aquele que se opõe às coisas do universo” (Collingwood, s/d:74).

Já durante o período estadonovista (1937-1945), iniciado justamente após a descoberta de um suposto plano comunista de

¹ Sobre este período ver: FARIAS, D. D. de F. *Em defesa da ordem: aspectos da praxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo, História Social da USP/Hucietc.

assalto ao poder no Brasil (Plano Cohen), em razão da imensa repressão perpetrada contra as organizações de esquerda, os movimentos sociais e setores mais democráticos da sociedade, a Igreja Católica viveu momentos de certa tranqüilidade com relação ao perigo do comunismo, denunciado na Encíclica de Pio XI intitulada *Sobre o Comunismo Ateu*.

No entanto, com a redemocratização do País e a legalização do PCB, em 1945, as hostes católicas enfrentaram novamente o velho inimigo. É conhecido pelos estudiosos que o final da Segunda Guerra representou não apenas a vitória das forças liberais democráticas lideradas pelos Estados Unidos, como também um prestígio inaudito para as organizações socialistas no mundo inteiro, representadas pela enorme expansão territorial do socialismo real no leste europeu; avanço que seria ampliado pelo sucesso da revolução chinesa em 1949.

Esses acontecimentos tiveram grande repercussão no Brasil e criaram um clima favorável ao crescimento das organizações populares e sindicais, bem como um vertiginoso crescimento do Partido Comunista Brasileiro, especialmente na cidade de São Paulo, lugar de maior concentração de operários de todo o País. O rápido crescimento do PCB e a agitação popular não tardaram em provocar junto à Igreja Católica fortes reações contra o comunismo e suas organizações.

Vejamos alguns episódios ocorridos na região do Bairro da Penha em São Paulo e relatados no Livro de Tombo da Paróquia da Penha. Os episódios revelam a intensa disputa entre o PCB e a Igreja Católica para influenciar a população operária local. No dia 10 de julho de 1945, no clima de grande efervescência política em que vivia o País com as expectativas de democratização institucional, foi relatado o seguinte enfrentamento:

“Na noite de 8 (Julho) promoveram os comunistas um comício, preparando o do Pacaembu no dia 15. Farta distribuição de folhetos de propaganda. O comício estava marcado para a Praça da Penha às 20 horas! Foi feito no Largo do Rosário. À mesma hora, fizemos na igreja procissão interna do Santíssimo. A freqüência ao comício, segundo testemunhos foi pequena, apenas um terço do pequeno Largo tomado. Foi pouca coisa mesmo, con-

siderando-se a população da Penha; foi nulo, considerando que o comício era para a população do Braz e até o fim da Paróquia S. Luiz. Apesar de tudo, foi sempre um comício comunista; e a pregação da solução materialista dos problemas da vida”.²

A concepção do monopólio do sagrado e mesmo do campo simbólico, é que orientava a ação da Igreja. Não havia, em suas posições conservadoras, qualquer abertura para uma sociedade política pluralista. Nesse sentido, toda a ação que impedia a quebra da presença monopolizadora da Igreja era considerada legítima. No entanto, esse foi apenas o começo das agitações comunistas e das preocupações católica na cidade de São Paulo. Nos dias 2, 3 e 8 de dezembro de 1945, nos comentários às eleições na cidade, surgiam novas notícias do enfrentamento:

“Eleições! Desde as primeiras horas, filas enormes rumo aos postos eleitorais. Balbúrdia, confusão, sabotagem, desordem, eis aí o que foram as eleições! Um atestado contristado de organização! Votou quem tinha vontade de enfrentar todas as situações e paciência de esperar 4,5 e mais horas. Para os Padres não faltaram as piadas dos comunistas.

Começam as surpresas na apuração: o partido trabalhista está à frente. Os comunistas têm conseguido boa votação.

Festas da Imaculada. Boa frequência. A apuração das eleições revela grande votação para o comunismo aqui na Penha. Na rua, recrudescer a ‘piada’ ao padre. Por toda a parte, queixa contra a LEC, alegando que ela é o fator principal da grande vantagem do Dutra sobre o Brigadeiro” (*Livro de Tombo, Ordens e Provimento da Paróquia da Penha, 1945-1973*, 3, 5 e 8 dez., 1945).

Em julho de 1946, houve no dia 27 uma grande concentração operária na Penha, promovida pelo padre Sabóia de Medeiros S. J., dirigente eclesiástico do Serviço de Ação Social, em combinação com o vigário da paróquia. O objetivo era combater a propaganda comunista. Tal concentração foi precedida de diversas pequenas concentrações no bairro, realizadas pelo mesmo líder católico.

² O *Legionário* (10 jul. 1945). Este periódico semanal foi órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo até o ano de 1956, quando teve seu nome alterado para *O São Paulo*.

O crescimento do Partido Comunista em São Paulo amedrontava os líderes católicos. No mesmo livro de Tombo da Paróquia da Penha, no dia 9 de novembro de 1947, foi feito o registro do resultado das tentativas infrutíferas de impedir que candidatos comunistas inscritos no PST pudessem concorrer às eleições, como registra também a quantidade expressiva de votos alcançadas pelos assim considerados comunistas.³ Neste período circulou em São Paulo um documento intitulado *Notas para orientar a pregação sobre o comunismo e os deveres sociais dos católicos*, que alertava os católicos sobre a “penetração comunista” na cidade com um “sólido movimento” através de comitês que seriam idênticos aos *soviets*. Chamava a atenção para a incompatibilidade entre a doutrina católica e o marxismo-leninismo, embora considerasse que os comunistas tentassem apropriar de certos ideais cristãos. Exortava, enfim, os católicos à mobilização, sobretudo, ante os problemas sociais.

Estes relatos revelam quanto a Igreja Católica em São Paulo esteve envolvida na luta contra o crescimento do PCB em São Paulo e que mesmo após o decreto de sua ilegalidade, concorreu para bloquear sua atuação, como por exemplo, na manobra legal que impediu que os vereadores e o prefeito comunista eleito pelo PST (Partido Social Trabalhista) tomassem posse (Costa, 1995). É verdade que além da Igreja, outros segmentos sociais também atuaram contra o comunismo e para o fechamento do PCB em 1947. Por exemplo, foi de iniciativa do Ministro da Justiça a solicitação de investigação a respeito das atividades do Partido Comunista do Brasil em São Paulo, haja vista as estrondosas vitórias desse partido tanto no plano eleitoral

³ “Dia das eleições para Vice-governador e para vereadores. Os candidatos comunistas conseguiram registrar-se por intermédio do Partido Social Trabalhista. Na última hora, houve protesto da parte da direção central desse partido, no Rio. Mas, o Tribunal de São Paulo interviu alegando não haver prazo para reconstituir ou reorganizar a nominata dos candidatos para nova chapa. Assim, os comunistas conseguiram concorrer às urnas com candidatos próprios. Compareceram em massa, enquanto que de outros partidos quase 60% se abstiveram. Os candidatos comunistas conseguiram a maioria. Elegeram 15 vereadores dos 45” (*Livro de Tombo da Paróquia da Penha*, 1945-1973, 9 de nov. de 1947).

como na organização e nas mobilizações operárias durante seu curto período de legalidade. De acordo com o relatório encaminhado ao Interventor Federal no estado de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, pelo Secretário de Segurança Pública, Pedro de Oliveira Ribeiro Sobrinho, teriam sido inúmeras as greves e os movimentos organizados pelo PCB na capital paulista, destacando-se também o grande número de votos recebidos no pleito de 1947: PSP – 73.831 votos, PCB – 92.730 votos.

Tal desenvoltura deixara alarmado o Secretário da Justiça, provocando de sua parte a condenação do PCB:

“Ao eventual fechamento do Partido Comunista seguir-se-ão, por certo, tentativas de reação armada, greves, convulsão social. É necessário que as autoridades civis e militares estejam de rigorosa prontidão, para atender às ocorrências e frustrar qualquer intento de rebeldia, preparando-se, inclusive, para a hipótese da decretação do estado de sítio naqueles pontos do País onde a situação se torne mais difícil de superar.

Esta é a minha convicção, Senhor Interventor: só assim se conjurará o perigo que paira sobre a Nacionalidade, % o perigo de uma tirania bolchevique, cuja erradicação custará aos brasileiros sofrimentos muito maiores, sacrifícios infinitamente mais graves do que aqueles que lhe poderão advir das medidas aqui propostas” (Soares, 1947).

Houve, é evidente, uma superestimação do potencial do PCB. Após o episódio de seu fechamento, essa agremiação tentou radicalizar sua ação, sem muito sucesso junto à população (Costa, 1995). No entanto, o representante governamental não estava falando de fantasmas. O potencial crescimento do PCB e das organizações populares no período eufórico do pós-guerra, foi bastante significativo e mesmo com a repressão de 1947, conseguiu articular importantes organizações e mobilizações operárias (o que provocou ao longo da década subsequente freqüentes relatórios da polícia política).

Além disso, é preciso considerar que o combate ao comunismo já fazia parte de uma geopolítica internacional, com o início da Guerra Fria e a formação do bloco soviético e do bloco capitalista liderado pelo EUA. Assim, o clima de perseguição aos militantes

comunistas ou de esquerda no Ocidente atingiu diversos países, tanto da Europa quanto das Américas.

Muitas organizações, com o objetivo de combater o comunismo no País e em São Paulo, foram criadas com o apoio declarado ou não de setores da hierarquia católica, como a União de Resistência Nacional, que tinha a participação de setores das forças armadas e membros das “classes liberais” paulistanas (advogados, engenheiros, médicos, funcionários públicos civis e militares, professores e sacerdotes).⁴

As representações acerca dos comunistas não eram atitudes destituídas de um sentido concreto, ou seja, desvinculadas da realidade social, mas uma operação integrada às lutas sociais no período estudado. Neste sentido não nos preocupa demonstrá-las falsas ou verdadeiras, pois, como afirma Henri Lefebvre (Lefebvre, 1983) ao tratar da teoria das representações, estas constituem elementos de mediação entre o vivido e o concebido, fazem parte das tentativas de conhecimento e controle sobre o vivido, em um movimento inesgotável de conhecimento e desconhecimento:

“Es una operación ulterior, una actividad reflexiva, la que les confiere verdad y/o falsedad relacionándolas con las condiciones de existencia de quienes las producen. Las representaciones son falsas en lo que apuntan y dicen, pero verdaderas con respecto a lo que las soporta. (La presencia y la ausencia)” (Lefebvre, 1983:52)

⁴ Em 31 de outubro de 1946 o Cardeal Dom Motta endereçou ao Sr. Nelson Raymundo de Oliveira (Presid. Do Comitê Anti-Comunista do Brasil de Jundiá – que enquanto território religioso católico ainda pertencia a Arquidiocese de São Paulo) a seguinte correspondência: “Acusando recebido o seu ofício de 6 de outubro do corrente ano, pelo qual Nos comunica instalação e funcionamento em Jundiá da Junta, ou como dizem ‘Comitê’ Anti-Comunista do Brasil, que vem recebendo ‘as mais consoladoras expressões de solidariedade, aplausos e francas adesões de vários Srs. Bispos e outros altos dignatários da Igreja’ e cujas atividades obedecem aos mais sadios princípios de Fé e patriotismo, temos grande satisfação em dar o Nosso aplauso e as Nossas bênçãos a quantos seriamente se empenham no combate ao Comunismo e a tudo quanto é avesso à formação católica do povo brasileiro. Suplicando que os favoreça constantemente Nossa Senhora Aparecida e lhes alcance de Deus a vitória na campanha que empreenderam e prêmio que merecem tantos esforços por Deus e pela Pátria (...)”.

Seguindo Nietzsche, diz Lefebvre que as representações possuem valores, comportando objetivos, perspectivas e fins. Assim, sua relação com as “condições” não se resume a um reflexo ou um eco, mas é capaz de liberar energias poderosas, entrando na prática social, fazendo o devir. As representações não podem ser consideradas apenas como falsas ideologias, alterações absurdas do real e do verdadeiro; a crítica das representações precisa esclarecer a gênese das mesmas, o lugar e as condições de seu aparecimento.

“El modo de existencia de las representaciones sólo se concibe tomando en cuenta las condiciones de existencia de tal o cual grupo, pueblo o clase. Proceden de una coyuntura o conjunción de fuerzas en una estrutura social en que existen grupos, castas, clases, pero se dirigen a toda la sociedad; representan la figura, la imagen que un grupo (o casta, o clase) da de sí, unas veces para los demás, otras veces para sí, sin que una cosa excluya la otra” (Lefebvre, 1983:60)

Entre as várias ações da Igreja Católica em São Paulo, denunciando e combatendo o comunismo, a mais espetacular foi realizada no dia 14 de julho de 1945 na Praça da Sé, que ficou conhecida como a *Noite de Nossa Senhora*. A concentração que reuniu, de acordo com as informações católicas, cerca de 100.000 pessoas, era em contraposição a um grande comício que o PCB estava organizando, na mesma semana, no Estádio do Pacaembu, com o objetivo de recepcionar Luis Carlos Prestes, que fora anistiado e liberto da prisão. Para tanto, a Imagem de Nossa Senhora foi trazida da Basílica de Aparecida, de acordo com a vontade de Dom Motta. Entre muitos discursos e orações, foi feito um juramento pelos presentes a Nossa Senhora:

“O meu Deus!

Na Vossa presença e diante da Imagem da Virgem Aparecida, neste momento solene, juro fidelidade à minha fé até a morte.

Juro defender a minha Igreja contra os assaltos dos seus inimigos, sejam eles quais forem. Prometo obediência aos Bispos, ministros da Igreja e responsáveis pelas almas diante de Deus.

E porque Vos amo e à minha Igreja, repudio, detesto, abomino a doutrina comunista, por ser contrária à minha fé católica. Nunca darei meu nome a seitas condenadas pela minha Igreja.

Deposito este juramento e esta promessa nas mãos sagradas da Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil, a quem amo e consagro o meu coração”.⁵

No documento são explícitas as intenções dos dirigentes católicos em combater o comunismo e reforçar as relações de obediência dos fiéis à hierarquia e à Igreja Católica. É notório que o discurso espetacular do poder católico encenado naquela data, foi estruturado de maneira auto-laudatória, ou seja, como afirmação de si mesmo diante dos espectadores que na impossibilidade do diálogo, tornam-se objetos, como afirma Debord (Debord, 1997), obrigados a proclamarem sua obediência e prestar juramento de fidelidade a Virgem Aparecida. Por outro lado, faz-se afirmar uma posição de intolerância política entre os fiéis, a partir do estabelecimento de um maniqueísmo entre um bem (fé católica) e um mal (ideologia comunista), cujo rigor beira as raias do totalitarismo. Por meio de representações a Igreja estruturava e reforçava preconceitos na cultura política brasileira.

Em seu livro *História e Cotidiano*, Heller (1970) analisa os fundamentos antropológicos, epistemológicos e éticos da formação de um preconceito. Este seria um tipo de juízo provisório (forma de pensamento que domina a vida cotidiana), o qual resiste quase sempre sem abalos às demonstrações da experiência e da razão. Geralmente os preconceitos (que podem ser objetos universais ligados à natureza humana, à raça, classe ou religião) se alimentam da fé, possibilitando ao indivíduo a confirmação de suas ações, a sua acomodação e o seu conformismo em uma situação de vivência. Assim, segundo Heller, os sistemas de preconceitos possuem um elemento afetivo que é a fé.

A *intolerância emocional* é conseqüência lógica e característica de todo sistema de preconceitos, pois este possui reservas emocionais que aparecem ligadas aos sentimentos de amor e ódio. Temos daí que os preconceitos são divididos em dois grupos: aqueles que se

⁵ Folheto divulgado pela Comissão de Moral e Fé da Confederação das Associações Católicas da Arquidiocese de Olinda e Recife.

referem a nós, “nossa própria vida, nossa moral, nossos próprios preconceitos, nossa própria comunidade, nossas próprias idéias, e preconceitos referente aos ‘demais’, alienados e contrapostos a nós. Nesse último grupo, o preconceito se deforma ‘para baixo’ na escala dos sentimentos” (Heller, 1970:49). Este último grupo, ainda, possui graus de intensidade prática, que variam desde o ressentimento ao comportamento estereotipado (a tortura, por exemplo).

Segundo a autora, na sociedade moderna os preconceitos são produzidos, em sua maioria, pelas classes dominantes, em função desta sociedade ser marcadamente instável. Os sistemas de preconceitos cumpriram, sempre, uma função histórica de manutenção da coesão social. Para tanto, as classes dominantes buscam mobilizar não apenas os elementos de sua camada social mas também aqueles de classes e camadas diversas e até antagônicas. Ao generalizar, dar características homogêneas a um grupo social através do preconceito, elimina-se a possibilidade da diferença, com a identificação autoritária de si mesmo e do outro. O preconceito “é sempre moralmente negativo, porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo” (Heller, 1970: 59). Podemos inferir, usando a teoria das representações sociais, que o preconceito ou os sistemas de preconceitos aludidos por Heller são formados por níveis ou núcleos de representações, indo dos mais simples aos mais complexos, ou talvez, dos menos aos mais valorizados socialmente. Eles servem a uma ação, projeto ou trajeto individual ou social.⁶

O anticomunismo católico, enquanto um núcleo complexo de representações, com suas valorações negativas, discriminava não apenas o PCB e as organizações a ele vinculadas, como também os diversos movimentos e organizações de lutas sociais do período,

⁶ Além de Lefebvre (1983), ver também Moscovici (2003), Cardoso & Malerba (2000) e Chartier (1990).

conforme já afirmado anteriormente. É importante para nossa discussão verificar a distância que ainda separava esse tipo de atitude e as posturas mais abertas aos valores do pensamento marxista e do movimento socialista internacional. Com exceção de uma crítica abstrata contra o aumento do custo de vida no período, o problema da moradia e de um ou outro depoimento simpático a movimentos reivindicatórios, a Igreja se colocou em defesa da manutenção da ordem social, contribuindo por vezes para o isolamento desses movimentos e organizações sociais. Nesse período, as formas diretas da intervenção católica no meio operário continuavam sendo o assistencialismo, por meio dos Círculos Operários Católicos criados durante o regime de Vargas, apesar das dificuldades conjunturais.

No entanto, uma outra perspectiva já era notada pelos membros da revista *A Ordem*. Seguindo as orientações de Maritain e distinguindo o “comunismo” dos “comunistas”, que poderiam ser aproximados do ideal cristão, os membros da revista *A Ordem* condenavam a reação conservadora contra o PCB a partir do momento de sua legalização e seu crescimento organizacional no país.

“Essa corrente afirma querer defender a civilização cristã e as nossas tradições de brasilidade contra a ‘barbárie moscovita’, e apela para a Igreja, para o Exército e para as classes conservadoras da nação, pedindo a união de todos na luta contra o comunismo. O órgão principal dessa campanha é o Hebdomodário ‘Reação Brasileira’. Entretanto muitos jornais católicos e mesmo alguns grandes diários liberais do país a vêm reforçando. Há também movimentos organizados de reacionarismo anti-comunista, como a cruzada Brasileira de Civismo, representando a corrente nacionalista que se apoia em ideais cívicos e patrióticos, ou como a União de Resistência Nacional, que quer lutar pela preservação de nossas tradições cristãs, patriarcais e conservadoras. (...) A verdadeira luta contra o comunismo é aquela que, como diz Maritain, tira ao comunismo os seus pretextos, pela instauração duma ordem social justa, baseada no Evangelho e acabando de vez com a exploração do homem pelo homem.

(...)

Os Católicos que amam a democracia e a liberdade precisam protestar contra a impostura dessa campanha reacionária que ameaça dominar o país e invadir até a própria Igreja. Trata-se sobretudo de evitar certos compromis-

so com o reacionarismo, às vezes sutis mas nem por isso menos perigosos para a pureza da nossa consciência religiosa. Nas concentrações promovidas pelas autoridades religiosas em várias dioceses brasileiras, ainda que o objetivo fosse de ordem religiosa, o tom de certos discursos tinha aquele caráter reacionário que procuramos especificar linhas acima. Falava-se muito em tradições cristãs da nação brasileira, e num tom que poderia levar a confusões nessa matéria tão delicada que é a das relações entre o espiritual e o temporal (*A Ordem*, set. 1945:49-51).

De fato, as atitudes anticomunistas acentuadas e que estiveram presentes em amplos segmentos do catolicismo brasileiro e particularmente em São Paulo, impediam ou dificultavam a penetração de novas idéias e propostas para a reformulação da mentalidade e da pastoral católica. Assim, podemos considerar que organizações, como por exemplo, a Ação Católica, durante esse período, além de outros problemas de organização própria, sofria pesadamente a influência do conservadorismo com relação ao comunismo, dificultando a aproximação de seus segmentos com as idéias e as organizações de esquerda, o que ocorreria somente após meados da década de 1950⁷.

Enquanto isso, as forças católicas, em sua ampla maioria, continuavam contribuindo e reforçando preconceitos e, portanto, os traços autoritários em nossa sociedade, jogando a favor das tendências políticas golpistas tão presentes em nossa sociedade no período pós Segunda Guerra. A partir do exposto, podemos considerar que a noção de representação não pode ser formulada e termos de veracidade (não é a verdade ou a mentira do comunismo que está em jogo), pois as representações que nascem do vivido social devem ser avaliadas mais em termos de eficácia, na medida em que mediam uma apropriação, perfazem um projeto e se inserem nas relações sociais tornando-se concretas.

Mas, como a citação acima permite, as representações contêm uma história. Uma dada representação possui gênese e uma genealogia, assim, ela nasce, se movimenta e está sujeita, no jogo

⁷ Ver a respeito FARIAS (2002).

social, ao questionamento, ao enfraquecimento e ao desaparecimento, para dar lugar a outras representações (novas ou antigas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ORDEM. Revista de Cultura Católica. 1945-1947.

CARDOSO, C. F. & MALERBA, J. (Org.). 2000. *Representações, contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus

CHARTIER, R. 1990. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Presença.

COSTA, H. 1995. *Em defesa da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta.

DEBORD, G. 1997. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contra-Ponto.

FARIAS, D. D. de. 1997. *Em defesa da ordem: aspectos da praxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo, História Social da USP/Hucietc.

———. 2002. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP.

HELLER, A. 1970. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEFEBVRE, H. 1983. *La presencia y la ausencia: contribuciones a la teoría de las representaciones*. México, Fondo de Cultura Económica.

MOSCOVICI, S. 2003. *Representações sociais*. Petrópolis, Vozes.